



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 24

13.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 30 de abril de 2020

(estado de emergência – COVID 19)

Aos trinta dias do mês abril do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Adriano Dias Pedro, José Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Carla Lucinda Raposo Mocito, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, João Manuel Batista Vivas, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva;

Por Skype, via streaming, estiveram os seguintes membros:

Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Amândio José Valente e Valente, Fernando António Rebola, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, Cristiana Mafalda Silveira Camejo, José Cordas Barradas, Ana Catarina Vilhais, Marília Lacão (em representação de Luís Miguel Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Bruno José Marchão Calha. ----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e quinze minutos.

Salientou o facto daquela sessão ter de ser realizada em moldes diferentes dos habituais e que, tendo em conta as contingências para a prevenção e controlo de infeção por COVID-19, não foi permitida a presença de público.

Após a chamada foi verificada a existência de quórum.-----

Período antes da ordem do dia

Moção – PCP/PEV (Hugo Capote)

“O Presidente da Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco utilizou a comunicação social local para denunciar e lamentar a existência de casos de fome e de pobreza extrema no nosso concelho, agora ampliadas por força das medidas de combate à pandemia que se abateu sobre nós.

Já antes o vereador Luís Pargana, em sede de reunião do Executivo, havia feito saber quer das dificuldades sentidas por segmentos da nossa população quer dos perigos dessas situações se virem a intensificar, em particular junto das crianças que devido ao encerramento das escolas ficaram privadas das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

refeições escolares e nas muitas famílias vitimadas pela perda do emprego ou pela diminuição dos rendimentos.

Mais, o vereador Luís Pargana propôs que a Câmara Municipal proporcionasse o fornecimento domiciliário de refeições não apenas aos alunos abrangidos pela Ação Social Escolar mas também a outras situações devidamente identificadas pelos Serviços de Ação Social do Município, nomeadamente a pessoas idosas, desempregadas ou debilitadas.

Na altura a maioria que governa a Câmara entendeu não aprovar essas propostas. Todavia porque a emergência que vivemos não se compadece com tacticismos de grupo, com tibiezas ou falhas de solidariedade,

A Assembleia Municipal de Portalegre reunida a 30 de Abril de 2020 decide:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Portalegre que inicie de imediato a implantação das medidas necessária a garantir a distribuição domiciliária de refeições aos alunos e famílias carenciadas do concelho.
2. Que se estabeleçam os contactos necessários com as diferentes instituições concelhias que já estão no terreno a apoiar os mais carenciados de forma a garantir que não se verifiquem duplicações nos apoios e que os mesmos possam chegar à totalidade dos carenciados.”

Moção – PCP/PEV (Diogo Júlio)

”Considerando que Portalegre é essencialmente uma terra industrial e o seu concelho caracteristicamente agrícola, sendo a população do município na sua quase totalidade operários e trabalhadores;

Considerando que estas classes como as congéneres do país e do Mundo escolheram o 1º de Maio, e têm efetuado nesse dia a festa do trabalho, e a afirmação dos seus protestos contra as iniquidades de que são vítimas,

Considerando que por essa circunstância o 1º de Maio é uma data já celebrada, caracteristicamente, nesta cidade e concelho, e satisfaz os requisitos exigidos...para ser considerado dia de feriado;

A Comissão Administrativa do Município de Portalegre resolve:

Escolher o 1º de Maio de cada ano para ser considerado de feriado oficial dentro da área deste concelho.”

Esta foi a decisão tomada pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal do nosso concelho em sessão de 30 de Janeiro de 1911 e que está registada no livro de sessões de 1911 (folha 7).

Na verdade o 1º de Maio era comemorado na nossa cidade desde o primeiro momento da sua proclamação pelo Congresso Socialista, reunido em Paris. Nos três primeiros anos (1890 e 1891) apenas com alusões várias na imprensa local e em 1892 através da Conferência proferida por António José Lourinho na sede do Montepio Operário e Artístico Portalegrense e intitulada a Crise económica e de trabalho.

A partir de então o 1º de Maio saiu para a rua e passou a ser anualmente comemorado com Saraus, desfiles e manifestações que nem mesmo as décadas da ditadura conseguiram pôr fim.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Com o restabelecer a liberdade o Primeiro de Maio voltou a tomar Praças e Avenidas e, também em Portalegre, nunca mais deixou de ser comemorado em festa e em luta dos trabalhadores e da população.

Este ano, motivado pela pandemia que nos assola e pela necessidade de garantir as medidas de contenção que se impõem o Primeiro de Maio será assinalado mas abdicando dos desfiles e do carácter de massas dos anos anteriores.

No mesmo local onde se tem realizado nos últimos anos (a Av. das Forças Armadas) mas incluindo apenas dirigentes dos diferentes sindicatos em representação dos trabalhadores do respetivo sector o Dia Internacional dos Trabalhadores voltará a afirmar as exigências do mundo do trabalho para que todos possamos alcançar o futuro que merecemos e ansiamos.

A não realização do desfile e a participação física de apenas os dirigentes sindicais não minorizam quer o simbolismo quer a necessidade de denunciar os atropelos que também no nosso distrito e concelho estão a ser cometidos sob a “capa da pandemia” e fruto das medidas classistas tomadas pelo poder político para desarmarem os trabalhadores.

Apesar dos condicionalismos, os trabalhadores, e as populações, através dos seus representantes de classe reafirmarão a sua vontade em continuarem a construção dos caminhos que Abril abriu e quem trabalha escolheu.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Portalegre reunida a 30/04/2020, delibera:

1. Saudar os trabalhadores portugueses e mostrar solidariedade com a luta por eles desenvolvida;
2. Saudar os trabalhadores e a população do concelho reafirmando o apreço pelo seu trabalho e disponibilidade e envolvendo nesta saudação o agradecimento a todos os que, nestes momentos difíceis estão na primeira linha de combate, (os trabalhadores da saúde, os cuidadores dos mais fragilizados, os trabalhadores do Ensino, os trabalhadores que produzem, armazenam e comercializam os bens alimentares, os trabalhadores que mantem a higienização dos espaços, os trabalhadores da comunicação social e todos quantos contribuem, nem que seja ficando em casa para que possamos ultrapassar a atual situação.
3. Reafirmar a disponibilidade da Assembleia Municipal de Portalegre para apoiar os trabalhadores e a população na exigência de mais progresso, mais direitos, mais salários e rendimentos. Na construção de um Portugal soberano, livre e com futuro,
4. Fazer chegar a presente moção à Comissão Organizadora das comemorações do 1º de Maio em Portalegre e proceder à sua publicação nos meios à disposição do município, nomeadamente o sítio oficial na internet e meios de comunicação local.”

Moção – PCP/PEV (Diogo Júlio)

“Os nossos pais trabalham mas não recebem salário! Era assim a frase desenhada nos cartazes contendo fotografias de crianças e que denunciavam os tempos negros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

dos salários em atraso, por todo o país mas particularmente na Península de Setúbal cuja denuncia foi assumida pelo Movimento Sindical de Classe a quem se juntaram muitas vozes incluindo a de D. Manuel Martins, Bispo de Setúbal.

Passaram-se dezenas de anos e o mesmo cartaz poderia agora ser passeado na cidade de Portalegre e, até, não fosse tempo de confinamento, hoje nesta nossa Assembleia.

É que os salários em atraso voltaram à nossa cidade e podem ser encontrados dentro deste edifício.

Os trabalhadores da Fundação Robinson entidade a quem a Câmara Municipal assumiu dever muitos milhares de euros e cujos órgãos máximos são presididos pelos Presidente e Vice-Presidente do nosso Município, trabalham mas não recebem salário. É uma situação intolerável que não pode passar ao lado desta Assembleia e por isso, A Assembleia Municipal de Portalegre reunida a 30 de Abril de 2020, vésperas do Dia Internacional do Trabalhador decide:

1. Aprovar um voto de solidariedade com as trabalhadoras da Fundação Robinson a quem não são pagos os salários e através destas com todos os trabalhadores do concelho que por quaisquer razões estão privados dos rendimentos necessários a poderem viver com a dignidade que merecem.
2. Exigir do Executivo Municipal e do Conselho de Administração da Fundação Robinson que tomam com a máxima urgência as medidas necessárias a garantirem a estes trabalhadores o recebimento dos salários e atraso e o pagamento pontual dos vencimentos futuros.
3. Solicitar ao Presidente da Assembleia que por inerência tem assento no Conselho de Curadores da Fundação os passos necessários para que Câmara e Fundação deem cumprimento a esta decisão.”

Voto de pesar

“Faleceu no passado dia 28 de março, aos 72 anos, Júlio Francisco Miranda Calha, nome incontornável na cidade e no distrito de Portalegre, mas também no país e instâncias internacionais. Licenciado em Filologia Germânica, jovem professor em 25 de abril de 1974, fundou com outras personalidades o Partido Socialista em Portalegre e aí iniciou uma longa carreira política local, nacional e internacional. O seu posicionamento firme na defesa do socialismo democrático de raiz ocidental manifestou-o desde logo nos tempos quentes de 1975, caminho que trilhou durante 44 anos de atividade política intensa.

Os seus colegas da Assembleia da República definiram-no assim: “De um humor fino, contagiante e inteligente na apreciação da construção na sociedade democrática, deixa saudades a todos quantos com ele tiveram o privilégio de se cruzar” Em Portalegre foi Governador Civil e Presidente da Assembleia Municipal. Foi fundador do sindicato dos professores do distrito, diretor do jornal “A Rabeca” e fundador da cooperativa “Rádio Portalegre”. Por Portalegre foi deputado à Constituinte e renovou o mandato de deputado, eleito pelo distrito, por muitas legislaturas. Mas por Portalegre trabalhou também como Secretário de Estado do Poder Local, do Desporto e da Defesa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em grande parte, a ele, devemos a OID do Norte Alentejano, o melhor instrumento financeiro comunitário que lançou o desenvolvimento dos anos 80 e 90 no Distrito de Portalegre. Mas também a Escola da GNR, o IPP ou a Baja, entre outros projetos estruturantes. Ou os campos de futebol dos Assentos, Piscinas e outros equipamentos em conjugação com as Câmaras presididas por Fernando Soares, Rui Simplício, João Transmontano ou Amílcar Santos.

Levou longe o nome de Portalegre também a nível internacional. Europeísta e atlantista convicto, tinha a noção exata do papel de Portugal no mundo e destacou-se em cargos importantes como Presidente da Assembleia Parlamentar da Nato. A Assembleia Municipal de Portalegre reconhece o papel ímpar desempenhado por Júlio Francisco Miranda Calha na implantação da democracia e desenvolvimento de Portalegre e, reunida a 30 de abril de 2020, manifesta, à sua família, aos seus amigos e ao Partido Socialista, o profundo pesar pelo seu falecimento.”

Voto de pesar

“Faleceu em Dili, Timor Leste, no passado dia 10 de março, aos 63 anos, Carlos Alberto Martins Vintém, figura de referência da sua geração e de tantas outras. O Cabé, como era conhecido e não só pelos amigos, foi sempre um nome incontornável na cidade de Portalegre, mas também no Alentejo e mais recentemente em Timor.

Homem de amizades e afetos, sempre conduziu a sua vida pessoal, profissional e política de forma integrada, partilhando a vivência comunitária com o seu irmão gémeo João.

O humor fácil, o relacionamento sem preconceitos e a amizade sincera, sempre foram atributos que todos aqueles que o conheceram jamais esquecerão. Formado na Escola do Magistério de Portalegre e licenciado em sociologia, foi professor do ensino Básico e da Escola Superior de Educação de Portalegre, Diretor do Centro de Formação de Portalegre e Delegado Regional do Instituto do Emprego e Formação Profissional do Alentejo.

Há vários anos abraçou a causa do ensino em Timor Leste, onde viria a falecer, deixando também aí forte marca e muita saudade, de acordo com os relatos que nos chegam.

Da sua atividade associativa em Portalegre destaca-se a participação na fundação da Rádio Portalegre, ou ainda como atleta de várias modalidades, assim como diversas intervenções nos mais variados projetos.

A sua participação política destacou-se pela liberdade de pensamento e pelo espírito crítico, mas sempre ligado aos valores e à militância no Partido Socialista, pertencendo por diversas ocasiões à Comissão Política Concelhias e Secretariado de Portalegre, assim como à Comissão Política Distrital e em cujas listas se fez sempre eleger durante mais de 20 anos para a Assembleia Municipal de Portalegre. Aqui, nesta casa, sempre defendeu em primeiro lugar os interesses de Portalegre e dos Portalegrenses.

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em sessão plenária a 30 de abril de 2020, reconhece o papel desempenhado por Carlos Alberto Martins Vintém, na defesa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da identidade e interesses de Portalegre e manifesta à família, aos amigos e ao Partido Socialista, o seu mais sentido pesar.”

Hugo Capote, em nome do grupo da CDU, quis deixar uma palavra pessoal ao professor Cabé, com quem privaram muitas vezes. Em sede própria, propuseram que lhe fosse atribuída, postumamente, a medalha de mérito municipal (ouro).

Achava que não merecia ter morrido em Dili, mas sim na sua terra e ao pé dos seus. Quanto ao assunto que ali se colocou, perguntou à presidente da Câmara se sabia que a declaração de estado de emergência nacional tinha levado à exclusão do distrito de Portalegre, dos transportes públicos do país.

O mapa atual da rede de expressos mostrava que, desde dia 1 de abril, o distrito não tinha uma única ligação. Era o único do país sem ligações a qualquer uma das cidades do distrito. Além de que a ferrovia também deixou de servir passageiros durante aquele período de contingência.

A presidente da Câmara de Portalegre, no próximo telefonema que tivesse com o Presidente da República, deveria dar-lhe conhecimento da situação.

Quanto à reabilitação da piscina municipal, perguntou à autarca porque é que o Tribunal de Contas, tinha pedido esclarecimentos à Câmara de Portalegre, sobre o modo como tinha sido levada a cabo a apreciação da minuta do contrato de empréstimo celebrado, previamente à sua aceitação pelo órgão competente, tendo em conta que tinham sido aprovadas cláusulas divergentes da proposta adjudicada, bem como cláusulas ilegais que podiam implicar um agravamento do serviço da dívida a cargo do município.

Salientou que no ponto D, número dois, da cláusula terceira, constava a autorização expressa, irrevogável e incondicional, dada pelo município ao banco BPI para ceder a sua posição contratual, sem que o município fosse ouvido.

Portanto, acabados de sair de um acórdão do TC, claramente negativo e a chamar a atenção para vícios de formas, lesivos para o município de Portalegre, voltava-se ao mesmo. Questionou o que é que estava a ser feito acerca do assunto. A presidente da Câmara deveria esclarecer aquela Assembleia de como é que tinha feito uma minuta de um contrato de empréstimo, previamente à aprovação dos órgãos competentes e com cláusulas ilegais. -----

A presidente da Câmara disse que quando chegou a carta do Tribunal de Contas, foi solicitada a correção da minuta ao banco BPI, bem como ao gabinete jurídico da Câmara. Parte das questões do TC tinham a ver com atualizações dos dados de prestação de contas do município, que não estavam fechados, referentes a dois mil e dezanove.

Normalmente, o TC enviava questões standard e que não tinham a ver, exatamente, com os casos específicos. Os técnicos municipais já estavam a analisar e a proceder ao envio das respostas necessárias. Acrescentou que não tinha a ver com nenhuma ilegalidade, porque teriam reportado logo para o Ministério Público. -----

Henrique Santinho perguntou à presidente da Câmara o que é que já tinha sido feito em relação à repavimentação da rua perpendicular à estrada nacional, na freguesia de Fortios, uma vez que, na última reunião descentralizada do executivo, a autarca referiu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que a mesma iria arrancar brevemente e que o custo era irrisório (doze mil euros). Realçou que já tinham passado quatro meses e tudo se mantinha igual.

Lembrou ainda que, um dos moradores daquela rua tinha deficiência motora e que cada vez que se deslocava à estrada para ir para o autocarro da APPACDM caía naquele troço de cerca de setenta metros.

Apelou, uma vez mais, ao bom senso do executivo para que a obra fosse realizada com a maior brevidade possível, caso contrário, na próxima sessão, levaria ali o município em causa para testemunhar a gravidade da situação. -----

Hugo Capote perguntou à presidente se tinha conhecimento de que o abono de falhas dos motoristas dos SMAT tinha sido cortado, nos últimos dois meses. Se assim tinha acontecido, perguntou a razão para tal. -----

A presidente da Câmara, relativamente à situação da rua nos Fortios, disse ter conhecimento e deu, efetivamente, a sua palavra de que a mesma iria ser arranjada. Sabia que o procedimento tinha avançado e iria tentar perceber o que se estava a passar, para poder dar uma resposta concreta.

Quanto aos SMAT, não tinha conhecimento do corte no abono, mas, até final da reunião, daria uma resposta sobre a questão. -----

ORDEM DO DIA:

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

João Meira disse que o grupo municipal do PS compreendia aquilo que poderiam ser algumas limitações da atividade municipal, naquele período de contingência imposto. Ainda assim, consideravam que havia um conjunto de situações que mereciam esclarecimento.

Perguntou à presidente da Câmara qual tinha sido o papel ativo do município, quer na instalação do centro de diagnóstico – COVID 19, quer nos trabalhos de estudo para a implementação do laboratório molecular e, em especial, saber qual tinha sido o seu papel em relação àquelas instâncias, essenciais para combater a pandemia.

Quanto à reunião com o ministro das infraestruturas e da habitação, relativamente às possíveis alterações rodoviárias a levar a cabo no IP2, questionou a autarca sobre quais as conclusões da mesma.

Mais perguntou quais tinham sido as diligências tomadas pela presidente da Câmara para responder às necessidades, em termos de equipamentos para as escolas que estavam abertas e para as que estavam com ensino à distância, em zonas mais remotas.

Disse ainda que havia uma congratulação a fazer pela conclusão da conduta de distribuição de água na Rua da Fontinha, freguesia da Alagoa e também no Bairro dos Apóstolos, na Urra. Por último, questionou a presidente de Câmara quanto às empreitadas de recuperação das instalações sanitárias do Reguengo, Vale de Cavalos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

e as três dos Fortios porque, pelo entendimento do relatório, pareciam estar concluídas, mas nas outras freguesias tal não aconteceu. -----

A presidente da Câmara disse que a intervenção do município de Portalegre no centro de recolha tinha sido desde a sua instalação, com ajuda através de maquinaria, na limpeza do espaço exterior e ainda na conceção inicial de uma estrada de acesso ao mesmo.

Relativamente ao laboratório de biologia molecular, a intervenção foi no sentido de pugnar para que viesse a acontecer e, no início de ter sido declarada a pandemia, em colaboração com a ULSNA contactaram a Universidade de Évora, o Instituto Politécnico de Portalegre e o de Castelo Branco, para perceber se tinham equipamentos que pudessem disponibilizar, pois eram complicados de adquirir.

Referiu que, na altura, o laboratório militar também se disponibilizou a vir fazer cerca de cento e vinte testes, em dois dias. No entanto, as análises tiveram de ser feitas lá.

Acrescentou que foi contactado um laboratório, o qual disponibilizou cerca de cinco mil zaragatoas ao Hospital de Portalegre.

Louvou a colaboração de todas as entidades que se uniram, no sentido de ultrapassarem todas as questões que surgiram.

Quanto ao IP2, disse que esteve em Lisboa, para debater a questão do cruzamento da zona Sul da cidade, junto aos hipermercados e ao nó da Penha e também quanto à ausência de ligação da Alagoa a Castelo de Vide.

Salientou também a situação da rotunda que estava prevista, aquando da construção da escola da GNR, na zona industrial, a qual orça em duzentos e oitenta mil euros e em que era preciso saber se havia a possibilidade de serem as infraestruturas a custear a mesma, uma vez que fica inserida no eixo da estrada nacional para Elvas.

Foi-lhe dito que se iria realizar um projeto e, no decorrer daquela semana, foi lançado um concurso para o projeto daquela inserção.

Relativamente às necessidades das escolas, disse que estava a ser assegurada a componente tecnológica. O município tinha intenção de adquirir alguns computadores, sendo que pediram à CIMAA para ser ponderada uma candidatura para, mais tarde, adquirir mais. Contudo, a procura tem sido superior à oferta.

Disse, inclusive, que têm recebido doações de algumas entidades.

Em relação às empreitadas nos sanitários, disse que não se tratava de obra, mas sim de projetos. Os únicos que foram concluídos foram os do Rossio, na cidade.-----

Hugo Capote disse que não percebia porque é que a Câmara iria apenas tentar responder a uma urgência, na qual vários alunos não tinham material informático para assistirem às aulas, com uma candidatura. As candidaturas levam bastante tempo.

A presidente sabia quantos computadores eram necessários para responder a todas as necessidades dos alunos do concelho.

Também perguntou se tinha sido a Câmara que tinha contactado a Universidade de Évora e as outras entidades, para se prover o laboratório. -----

A presidente da Câmara disse que podia mostrar os mails, enviados a dezanove e vinte de março, com conhecimento à ULSNA. Quanto ao laboratório militar, foi a mesma que contactou o responsável.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ainda em relação aos computadores, foi feita uma análise e a autarquia ia comprar sessenta computadores. As necessidades eram de cerca de cem. -----

Hugo Capote perguntou se eram somente cem alunos a precisar, atualmente.-----

A presidente da Câmara disse que foi pedido às escolas para cruzarem os dados, uma vez que tinha havido duplicação dos números iniciais. Entretanto, houve escolas que encontraram, no seu acervo, computadores “Magalhães”, novos, que puseram à disposição dos miúdos do primeiro ciclo.

Foi ainda contactada uma empresa conhecida, a qual iria oferecer alguns computadores. -----

Hugo Capote disse haver sinais, naquele relatório, de uma insensibilidade incompreensível. Perante a situação de pandemia, perguntou à presidente quais as medidas previstas para as trabalhadoras da Fundação Robinson que não recebiam há dois meses. Para os que ficaram no desemprego questionou sobre o que é que a autarquia tinha previsto para os mesmos. Nas medidas elencadas no relatório, a única que leu foi respeitante aos casos de diminuição do agregado, desemprego ou quebra de rendimentos, em que as famílias podiam pedir uma reavaliação do valor da renda, considerando-se a mesma de forma retroativa. No entanto, a presidente da Câmara declarou logo a isenção do pagamento da fatura da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos a todas as empresas que ficaram encerradas durante o período de contingência. Apesar de não ter nada contra aquela medida, perguntou porque é que a mesma não foi estendida aos que ficaram desempregados ou com quebra de rendimentos.

Salientou o facto do concelho do Crato ter isentado todos os seus munícipes do pagamento da água e do saneamento.

Em relação ao fornecimento das refeições aos alunos do escalão A e B, perguntou à presidente da Câmara desde quando é que as mesmas estavam a ser fornecidas àqueles alunos. -----

Jaime Fitas perguntou à presidente da Câmara acerca dos projetos dos sanitários, de modo a perceber para que freguesias estavam destinados, assim como qual o critério usado para serem executados somente naquelas freguesias.

Perguntou também se tinha sido feita alguma coisa, relativamente à moção apresentada pela junta da Urra, acerca da instalação da fibra ótica -----

A presidente da Câmara disse que foi feita pressão para que a fibra ótica chegasse à Urra. Estavam a aguardar resultados, no entanto com a situação da pandemia, tudo era desculpável.

Quanto à questão dos sanitários, disse que a recuperação seria nas freguesias de Reguengo, Vale de Cavalos, Fortios e Alagoa. Presumidamente, o critério tinha a ver com a necessidade da intervenção. -----

Jaime Fitas disse não compreender o porquê de não terem verificado com a junta de Urra se havia também necessidade para a sua freguesia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara referiu que tinha a ver com a avaliação feita pelos serviços, já há algum tempo.-----

Rosário Narciso disse que, após ter lido o relatório da atividade municipal, verificou que ainda nada tinha sido feito relativamente às barreiras situadas no percurso que os alunos da Escola Básica José Régio faziam entre o Bairro das Carvalhinhas e a escola. As mesmas encontravam-se em derrocada há já algum tempo e a direção da escola já comunicou à presidente da autarquia sobre o perigo que ali residia e o vereador Luís Pargana também já o tinha feito nas reuniões do executivo. Mais disse que as barreiras em causa apenas se encontravam sinalizadas com grades e fitas, muito fáceis de transpor, não estando a situação devidamente acautelada.

Relembrou do perigo e perguntou à presidente da Câmara se iria tomar as necessárias medidas, antes que alguma desgraça acontecesse. -----

A presidente disse que as barreiras não estavam em derrocada. Evidentemente que se assim estivessem, e enquanto responsável pela Proteção Civil, seriam de facto um perigo iminente. Adiantou que o que ali foi feito foi a contenção das referidas barreiras, fazendo com que ocorresse a queda das partes soltas, mas de forma controlada. O trabalho que estava agora a ser feito pela Divisão de Obras e Ambiente era o levantamento do material necessário para uma rede de contenção, acautelando qualquer derrocada futura. As barreiras e as fitas estavam lá por questões de precaução. -----

João Meira disse que, de acordo com a lei setenta e cinco de dois mil e treze, o relatório municipal era da competência da presidente da Câmara Municipal. No entanto, nas suas intervenções, utilizava expressões do tipo: “não sei”, “não tenho noção”, etc.; perante tal, perguntou à presidente se o relatório era mesmo escrito por ela. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara se sabia alguma coisa acerca do abono de falhas dos SMAT. -----

A presidente da Câmara disse que, em relação ao abono de falhas não sabia responder. -----

2 – Ata n.º 22, relativa à reunião ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2020;

Diogo Júlio disse que na votação uninominal, referente à moção de censura da CDU, havia um voto que não tinha sido feito de modo correto, relativamente ao membro Adriano Pedro. -----

3 – Repartição de encargos em mais de um ano económico - Prestação de serviços de transporte de monstros, verdes e RDC;

- Deliberação da CMP de 18.03.2020 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse que o ponto tinha a ver com uma diretriz, em que a VALNOR iria deixar de fazer a recolha dos monstros. Naquele sentido e através da Comunidade Intermunicipal, iriam adjudicar a uma empresa para fazer a recolha dos monstros e dos verdes.-----

Hugo Capote disse que, da informação que tinha recebido, não constava nada acerca do que a autarca disse na intervenção anterior. Pelo que percebeu, havia uma despesa plurianual, e, nem sequer se sabia se era um concurso da CIMAA. Portanto, não sabia, em concreto, o que é que era para votar.-----

A presidente da Câmara acrescentou que todo o procedimento tinha ido à Câmara e louvou o papel da engenheira Jacinta, a qual ajudou a CIMAA a efetuar um estudo para se perceber melhor o procedimento em causa.-----

Hugo Capote solicitou à presidente da Câmara que explicasse porque é que, em todas as Assembleias Municipais, havia um ponto que ia mal instruído. De quem era a responsabilidade e quem é que estava no topo da pirâmide.-----

A presidente da Câmara Municipal disse que a responsabilidade era sua e que a assumia.-----

O presidente da mesa propôs que se abrisse a discussão para os próximos três pontos (quatro, cinco e seis) em conjunto.-----

4 – 1.ª Revisão ao orçamento corrigido para 2020 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 01.04.2020 -

5 - 1ª Revisão às grandes opções do plano, corrigidas para 2020 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 01.04.2020 -

6 – Reconhecimento da existência de uma dívida à Fundação Robinson no valor 438.016,46€ (quatrocentos e trinta e oito mil, dezasseis euros e quarenta e seis cêntimos)

- Deliberação da CMP de 01.04.2020 -

A presidente da Câmara disse que toda a documentação tinha a ver com o reconhecimento de uma dívida que foi deliberada em abril de dois mil e doze, no âmbito da consolidação de contas do município de Portalegre e, na altura, foi aceite por unanimidade. Nunca foi honrado pelo município, porque o valor obrigava a ir ao Tribunal de Contas e a autarquia não tinha forma de apresentar fundos disponíveis.---- José Pinto Leite disse que poucos conheceriam a história toda da Robinson. Portanto, a Fundação Robinson tinha, desde dois mil e sete, um acordo com a Câmara em que, basicamente, se a Fundação encontrasse fundos comunitários para realizar obras, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Câmara assumia o que faltasse para a conclusão das mesmas. O que se passou, durante vários anos, foi que a Fundação Robinson teve um livro de cheques em branco, em que contraiu despesas, ficava a Câmara a dever, mas sem pedir, previamente, à Câmara. O que aconteceu foi que, por alturas de dois mil e nove, a Câmara tinha nas suas contas dívidas de cinquenta mil euros para com a Fundação Robinson, enquanto que a Fundação, nas suas contas, a Câmara devia-lhes cerca de um milhão de euros.

Aquele assunto não pôde continuar assim e, em dois mil e doze, foi feito um acordo político, em que todos os partidos aceitaram ficar com a dívida de mais de um milhão de euros daquela fundação, mas com o compromisso de se revogar o dito protocolo. A partir dali, a Fundação Robinson só podia gastar dinheiro desde que a Câmara desse, previamente, autorização.

Portanto, a Câmara Municipal de Portalegre assumiu cerca de um milhão e duzentos mil euros de dívida da Fundação Robinson e, simplesmente, a questão colocada pela Fundação foi que ainda tinha obras a realizar, financiadas, e para as mesmas precisaria ainda de mais quatrocentos mil euros da Câmara. O acordo foi feito, para não se perder apoio comunitário e para as obras serem concluídas. A Câmara iria, no futuro, assumir a despesa, mas teria de ser autorizada, porque, a partir dali, não poderia haver mais despesa nenhuma contraída pelo Conselho de Administração da Robinson, sem a prévia autorização da Câmara Municipal de Portalegre.

Referiu que, ao longo daqueles oito anos, a Câmara Municipal nunca pagou os quatrocentos mil euros, os quais, supôs, que o Conselho de Administração da Fundação, mesmo sem o poder fazer, teria executado. Entendia que os vários conselhos de administração, na sua boa fé e porque houve um compromisso político com a Câmara de validar aquelas verbas, teriam contraído as referidas dívidas. Portanto, se a Câmara Municipal de Portalegre podia cumprir o compromisso feito com o Conselho de Administração da Fundação, era altura de, efetivamente, saldar a dívida acordada em dois mil e doze. -----

Hugo Capote disse assinar por baixo daquilo que o seu colega José Pinto Leite tinha acabado de dizer e acrescentou que o que tinha levado, na altura, a que houvesse aquele entendimento e trabalho de consolidação das contas iria ser a futura entrada em vigor da lei dos compromissos, a qual iria obrigar a novas regras de gestão do erário público. Uma das questões que se prendeu com a dificuldade da consolidação das contas dos quatrocentos mil euros foi o sistema de contabilidade da Fundação Robinson ser diferente do da Câmara Municipal de Portalegre. A Câmara e os Serviços Municipalizados funcionavam com o POCAL, enquanto a fundação funcionava com outro. Evidentemente, dentro do mesmo perímetro orçamental, as contas não bateram certo.

Entendia que todos estariam de acordo que aquela era uma dívida da Câmara para com a Fundação e que o problema ali foi a Câmara não ter cumprido, como sempre, aquilo a que se tinha comprometido.

Acrescentou que, até determinada altura, durante o mandato do anterior presidente da Câmara, José Mata Cáceres, e enquanto presidente da Fundação Robinson, a Fundação foi o ninho de obras que o engenheiro Cáceres precisou. Fez-se muita obra ao abrigo daquele protocolo, em que a Câmara pagaria depois a comparticipação nacional. No entanto, não houve dinheiro para tal e houve a necessidade de haver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

uma moralização da relação entre a Câmara Municipal de Portalegre e a Fundação Robinson.

Posto aquilo, o que se tinha de perguntar ali era qual a necessidade de reconhecerem uma dívida que nasceu de uma deliberação de Câmara, comprovada por uma deliberação da Assembleia Municipal, que nunca foi revogada.

Portanto, perguntou à Assembleia Municipal qual o sentido que fazia estarem a reconhecer uma dívida que nunca ninguém deixou de reconhecer e que estava, absolutamente, vertida em decisões, quer do executivo, quer da Assembleia Municipal. Mais questionou o porquê de ser naquela altura. Aquela sessão tinha sido convocada com o intuito de aprovar aqueles três pontos. Portanto, não fazia sentido ter forçado o acontecimento daquela sessão da Assembleia e podia ter sido protelada no tempo, dado o contexto atual. Por outro lado, ainda não foi sequer apresentado um orçamento.

Perguntou à presidente da autarquia o porquê daquela verba não ir antes vertida num orçamento municipal. O que é que aconteceu àquela dívida. Uma vez que estavam a fazer revisões orçamentais a um orçamento de dois mil e dezoito, questionou se a dívida em causa não estava lá inscrita. Se havia uma deliberação da Câmara a reconhecê-la, aquela dívida teria de ser sempre assumida nos orçamentos consecutivos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que aquela sessão ordinária tinha sido por si convocada, dentro das competências que lhe eram estatuídas pela lei e em obediência ao seu entendimento do regular funcionamento das instituições. Portanto, havendo aqueles pontos ou não havendo ponto nenhum, convocaria sempre a Assembleia Municipal do mês de abril, porque assim competia a um presidente que julga pugnar pelo melhor funcionamento das instituições. Acrescentou que viviam num período em que a lei conferia, também, aos presidentes de Câmara, poderes excecionais e quanto mais excecionais eram esses poderes maiores deveriam ser os poderes de fiscalização das atividades executivas. No seu entendimento, as instituições não podiam parar.-----

A presidente da Câmara disse que, efetivamente, a dívida em questão, não estava no orçamento da Câmara Municipal, mas esteve sempre nas contas da Câmara. Uma coisa eram as contas, outra coisa era o orçamento, que não foi possível equilibrar, na altura, pura e simplesmente. Lembrou que só em meados de dois mil e dezoito é que a autarquia saiu do excesso de endividamento. O montante em causa obrigava a ir a Tribunal de Contas e a Câmara tinha de provar que possuía a verba e que, de acordo com a lei dos compromissos, tinham aquele mesmo compromisso e que até à data não foi possível.

O reconhecimento, ali, foi que entretanto passaram-se alguns anos e os órgãos eram constituídos por pessoas diferentes e, portanto, havia aquela legitimidade.-----

Hugo Capote salientou que não tinha criticado a marcação daquela sessão da Assembleia acrescentou que a ideia que quis fazer passar foi que: já que tinham uma Assembleia em que o regular funcionamento dos órgãos municipais devia prevalecer, devia ter feito com que a presidente da Câmara tivesse apresentado um orçamento ou uma proposta de orçamento. Realçou o facto de estarem em maio de dois mil e vinte e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

estava-se a fazer revisões orçamentais do orçamento de dois mil e dezoito. Perguntou qual era a desculpa do executivo para não terem ainda apresentado um orçamento para dois mil e vinte e o porquê da necessidade de ser feita aquela revisão. Porque é que não se reconhecia a dívida na próxima proposta de orçamento. Concluiu, referindo haver ali dois pesos e duas medidas, pois que aquando da dívida do Centro de Artes e Espetáculos (dois mil e cinco) a presidente da Câmara não pediu, nem ao executivo camarário da altura, nem à Assembleia Municipal para se reconhecer a mesma. A presidente, por sua iniciativa, inscreveu-a no orçamento da altura e foi bastante contestada. Por outro lado, aquela dívida ninguém a colocou ali em dúvida, pois estava vertida em vários orçamentos. Não se punha em causa que a mesma tinha de ser paga e, para tal, a presidente apresentava o orçamento, coloca lá a rubrica e o dinheiro e votava-se. -----

A presidente da Câmara referiu que a dívida tinha de ir sempre à Assembleia Municipal porque tratava-se de uma revisão e não conseguiam por o valor todo, dentro do mesmo ano civil. -----

Hugo Capote disse que se estava a referir da dívida do ponto seis e não do ponto quatro ou cinco. Voltou a perguntar porque é que a Assembleia Municipal tinha que ir, novamente, emitir opinião, uma vez que já a emitiu em dois mil e doze e que foi favorável ao reconhecimento daquela dívida. Ninguém revogou a decisão. Na sua opinião, nem se podia emitir duas vezes opinião sobre um assunto que não foi revogado. -----

A presidente disse tratar-se de uma questão jurídica. Era um reconhecimento feito por órgãos diferentes dos da altura. Quanto à questão do CAEP disse ter sido uma execução do tribunal e, ali, teve a obrigatoriedade de inscrever em orçamento. -----

Joaquim Barbas disse que sendo a dívida de dois mil e doze, a Câmara Municipal tinha todas as condições para fazer o pagamento. Já o deveria ter feito. O grupo municipal do PSD entendia também que não havia necessidade daquele ponto seis. Votariam a favor as revisões (pontos quatro e cinco), porque a Câmara tem de ter os seus instrumentos próprios, mas não o ponto seis. Saliu que estariam disponíveis para, em conjunto com os outros grupos políticos, se encontrar uma solução para a Fundação Robinson. Entendia que a dívida da Câmara à Fundação era ainda mais alguma e tinham de aprofundar a situação de outra forma. -----

Hugo Capote disse haver ali mais questões a ponderar e perguntou à presidente da Câmara se, atualmente, a Fundação Robinson tinha Conselho de Administração. Voltou a referir que estavam ali a deliberar uma dívida que todos reconheciam mas para uma entidade que nem se sabia bem como estava a funcionar. Sabiam que a Fundação Robinson já tinha salários em atraso.

Mais disse que a presidente da Câmara Municipal de Portalegre tinha desrespeitado o presidente da Assembleia Municipal de Portalegre. Lembrou que ele próprio solicitou ao presidente da Assembleia uma informação e, até à data, não lhe foi fornecida. Mais tarde, soube que o seu pedido de informação tinha seguido para a presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Câmara. A pergunta era simples: “ Qual a dívida da Fundação Robinson à EDP?”; contudo, não houve resposta da parte da presidente da autarquia. Portanto, se a Fundação Robinson devia à EDP, se deve aos funcionários e se não tinha Conselho de Administração, então a pergunta que se colocava era: estavam a transferir o quê e para quem?-----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha chegado, naquele dia, informação da presidente acerca da dívida e, por lapso, não foi transmitida. Dizia o seguinte:

“Existe uma injunção paga até vinte e dois do onze de dois mil e dezanove, no valor de mil oitocentos e dez e, neste momento, existe uma fatura em dívida, para pagar no valor de duzentos e vinte euros”. -----

Hugo Capote perguntou se era verdade que o Museu da Robinson estava fechado por duzentos e vinte euros. Não havia qualificação possível. -----

José Pinto Leite disse que a questão concreta dos quatrocentos mil euros sempre o preocupou muito, pessoalmente, porque o que tinha acontecido foi que a Câmara Municipal de Portalegre tomou o compromisso político de vir a dar autorização para aquela verba ser consumida e nunca o deu. Portanto, aquela autorização tinha de ser dada pela Câmara e pela Assembleia. Os Conselhos de Administração da Fundação acabaram por executar a verba sem autorização. O que se tratava no fundo era, de certa maneira, regularizar opções que foram feitas por pessoas de boa fé e que, em caso de tal não acontecer, aquelas pessoas teriam cometido atos ilegais. Portanto, aquele assunto tinha vindo, ano após ano, e, enquanto vereador, realçou que sempre se debateu para que o assunto fosse resolvido, mas tal não aconteceu. Referiu ainda não saber quais foram os administradores que tomaram as decisões, com base numa promessa. Contudo a autarquia não chegou a dar a autorização, nem nunca foi assinado nenhum contrato programa. Lembrou que o protocolo de dois mil e sete autorizava a Fundação Robinson a gastar verba que, mais tarde, receberia, acabou. A partir daquele momento, as verbas foram gastas sem rede. -----

O presidente da Assembleia Municipal, relativamente à dívida à EDP, disse que aquela não era a forma regular de funcionamento do órgão Assembleia Municipal porque aquilo que ali estava não era resposta da presidente da Câmara à pergunta formulada pelo PCP/PEV, mas sim um email da administradora delegada em resposta à solicitação e em que era colocado em conhecimento o funcionário que presta apoio à Assembleia Municipal. Portanto, não era a devida resposta oficial.

No seu entendimento, não acreditava não haver deliberação tomada com força suficiente, pela Câmara Municipal, quanto ao reconhecimento da dívida. A Câmara Municipal não voltou a deliberar sobre a matéria e o que fez foi deliberar remeter o assunto à Assembleia Municipal, uma vez que a Assembleia nunca tinha deliberado sobre o mesmo. E, portanto, a deliberação, podendo ser um compromisso plurianual, só ganhava força havendo deliberação daquela Assembleia.

Mais disse que um pagamento a uma entidade externa deve recolher força jurídica com a deliberação daquela Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse estar de acordo com o que foi dito pelo presidente da Assembleia Municipal.-----

Hugo Capote discordou porque, na altura, o reconhecimento da dívida tratava-se de um valor que vinha detrás. Conforme disse o membro José Pinto Leite, havia na altura uma discrepância nas contas da Fundação, onde a Câmara devia mais de um milhão de euros, enquanto que, nas contas da Câmara, apenas eram devidos cinquenta mil euros.

Portanto, o encontro de contas que se fez para as candidaturas efetuadas até à data, era de quatrocentos mil e tal euros. A dívida foi, na altura, acordada ser paga, através do contrato programa que ainda era possível de realizar com a Fundação Robinson. Aquelas dívidas foram inscritas em vários orçamentos, sem nunca terem sido transferidos.

Em conclusão, disse que o que estava ali em causa era que havia obra, posterior a dois mil e doze, efetuada pela Fundação Robinson, para a qual não havia deliberação da autarquia. A comparticipação nacional ou a autorização da Câmara sobre a obra não teve deliberação do executivo camarário.

Propôs à mesa que não se deliberasse, ali, no ponto seis.-----

O presidente da Assembleia Municipal perguntou ao membro Hugo Capote se o entendimento que tinha era a retirada do ponto seis, por o mesmo já ter recolhido uma deliberação anterior.

Chamou a atenção para o facto de ser plurianual e ter de haver uma deliberação e estava vertido nas alterações às grandes opções do plano e ao orçamento. Mais referiu que, na alteração ao orçamento só constava metade do valor de reconhecimento da dívida. Portanto, tal faria com que aquela deliberação fosse, obviamente, uma repartição de encargos em mais do que um ano económico e obrigava também a uma deliberação da Assembleia Municipal. Do ponto de vista material, ainda que pudesse ser desnecessária a deliberação, a mesma não inquinava o processo. -----

Hugo Capote salientou que a presidente da Câmara Municipal de Portalegre tinha anteriormente dito algo que ia contra a prática democrática, desde há quarenta anos. Infelizmente, as dívidas que a presidente da Câmara aprovar, durante os seus mandatos, terão de ser cumpridas pelos próximos presidentes, porque resultavam do exercício democrático da sua função.-----

Saída de membros da Assembleia:

Saíram neste momento da sala, não votando o ponto em questão, o Senhor Presidente da Assembleia Luís Testa e o membro Ricardo Romão.-----

7 – Contratação de empréstimo para investimento na qualificação da área de acolhimento empresarial de Portalegre / Av. Francisco Fino - 2.ª fase até ao montante de 583.225€.

- Deliberação da CMP de 01.04.2020 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da Assembleia Municipal disse que o membro José Pinto Leite iria assumir a presidência da mesa.-----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara quantas vezes é que aquele assunto já tinha ido à Assembleia Municipal.-----

A presidente da Câmara disse que o assunto já ali tinha ido algumas vezes. O projeto tinha sido feito pelos técnicos do município de Portalegre e foi feita uma revisão externa, a qual não alterou o valor. O procedimento foi lançado mas ficou deserto. Naquele sentido, foi feita uma revisão de preço ao projeto e voltou a ter uma revisão externa e consequente procedimento. Chegaram à conclusão que a pessoa que apresentava a menor proposta era superior ao montante que tinha sido enviado. Portanto, a Câmara deliberou no sentido de que, pelo menos, o valor da proposta cobrisse aquilo que era a proposta que o empreiteiro tinha apresentado, sendo que não tinha ganho e teriam de lançar novo concurso.-----

Hugo Capote perguntou se a culpa de a presidente não fazer a obra era da oposição.--

A presidente da Câmara disse ao membro Hugo Capote para interpretar como entendesse.-----

Hugo Capote perguntou ainda à presidente da autarquia para quando a apresentação do orçamento para dois mil e vinte.-----

A presidente da Câmara disse que o orçamento teria de ser todo modificado, devido à questão do contexto que se estava a viver e havia diversas rubricas para alterar.-----

João Meira disse à presidente da Câmara que não podia culpar a oposição pela inviabilização da obra em causa. Foram dadas todas as condições e o PS deixou a dica para que tivesse havido maior rigor técnico e para que aquelas derrapagens fossem evitadas. Obviamente que a oposição cumpria os interesses de Portalegre e dos portalegrenses e, doutra maneira, iriam manter a coerência naquele projeto.-----

8 – Compromissos plurianuais referentes ao ajuste direto para aquisição de serviços de seguros do segmento não vida, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 08.04.2020 -

Não houve intervenções.-----

9 - Declaração de compromissos plurianuais e recebimentos em atraso dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 08.04.2020 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou se a presidente já tinha informação concreta acerca do abono de falhas, que tinha deixado de ser pago aos motoristas dos SMAT.-----

A presidente da Câmara salientou o facto de terem deixado de cobrar as tarifas nos transportes e os motoristas terem deixado de mexer em dinheiro. Posto aquilo, deixou de ser pago o referido abono. De acordo com a lei, nem poderiam sequer receber o valor em questão. -----

O presidente da Assembleia Municipal voltou a entrar na sala. -----

João Meira lembrou que o PS todos os anos se tinha ali manifestado quanto àquele documento e, em sede própria, foi até apresentada uma proposta votada pela maioria, com os votos contra da bancada da CLIP, relativamente a uma listagem de coletividades, associações, as quais cumpriam o seu dever para com os portalegrenses e no interesse da promoção da cidade, mas que foram ali, injustamente, apresentadas como devedoras e incumpridoras de promessas. Perante tal, questionou a presidente sobre o desaparecimento da listagem e a substituição por uma tabela quadro, apenas com os montantes, mas sem o nome das instituições.

Perguntou inclusive quais as entidades ali vertidas naquela dívida de vinte e quatro mil e quinhentos euros e se o levantamento das mesmas estava concluído.-----

A presidente da Câmara disse que não tinha ali o documento necessário para poder responder às perguntas anteriores.-----

João Meira solicitou que, até ao final daquela sessão, pudessem obter aquela informação. Caso não fosse possível, realçou que podia influenciar a deliberação do seu grupo municipal. -----

O vereador Nuno Lacão, relativamente à questão das dívidas, disse que tinha sido feita uma análise pelos serviços e, até dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, tinham deliberado anular todas as dívidas já prescritas. Em relação às coletividades, disse que as que ficaram fora daquela situação, eram remetidas para a Câmara para posterior cobrança coerciva. O quadro ali apresentado era referente a dois mil e dezanove e aos valores que ainda não tinham prescrito.-----

Hugo Capote solicitou à mesa a votação nominal, nos pontos quatro, cinco e seis. -----

DELIBERAÇÕES:

- 1.ª Moção – PCP/PEV (O tempo que vivemos é solidariedade e ação)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CLIP, a abstenção do PS e os votos favoráveis do PSD e do PCP/PEV, os votos favoráveis dos restantes grupos, rejeitar a moção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Declaração de voto – CLIP (Ricardo Romão)

“O Grupo Municipal CLIP, assume o seu voto “contra” na presente Moção, pelo desfasamento temporal das propostas veiculadas e por algumas imprecisões objetivas do conteúdo que as sustentam. Desde o início da pandemia, ciente das consequências que poderia gerar em famílias destruídas, migrantes ou em situações socioeconómicas mais vulneráveis, que o Município, juntamente com as principais entidades que integram a Rede Local de Intervenção Social, procurou antecipar dificuldades e implementar preventivamente medidas que pudessem obviar potenciais agravamentos nas condições de vida dessas famílias. Esta estreita articulação e proximidade entre os atores que, no terreno, identificam todas as famílias carenciadas e as suas necessidades mais prementes, concorrem para que não existam situações sinalizadas, sem resposta à data.

A proposta de “distribuição domiciliária de refeições aos alunos e famílias carenciadas do concelho”, que consta na Moção, desde que foi decretado o encerramento dos estabelecimentos de ensino e iniciado o confinamento dos alunos às suas habitações que está a ser praticada (em momento muito anterior, portanto, à proposta apresentada pelo Sr. Vereador Luís Pargana, em reunião de Câmara). Mais, o Município, para além de manter em atividade a Loja Social (77 famílias apoiadas, através da entrega domiciliária de cabazes alimentares) e garantir a distribuição domiciliária de refeições aos alunos sinalizados pelas escolas no escalão A (que, felizmente, não ultrapassam as duas dezenas e meia de situações), inclusive reforçando as quantidades normalmente servidas em contexto escolar, efetua também a distribuição de alimentos disponibilizados pelo Banco Alimentar e pela Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco, bem como responde positivamente a todas as solicitações que têm surgido por via da rede de parceiros constituída para garantir a resposta adequada, atempada a todas as famílias necessitadas na atual conjuntura (Centro de Saúde, Cruz Vermelha, GNR, Liga Portuguesa da Luta contra o Cancro, PSP, GAAF, juntas de freguesia, ...), correspondendo a 17 novas solicitações. Neste quadro, de estreita articulação e interação permanente entre os técnicos das entidades, garante-se também que não existem duplicações nos apoios (dimensão propositiva que consta igualmente na Moção).

Contudo, apesar de atualmente não se observarem situações de famílias carenciadas que não estejam a ser alvo de apoios, afigura-se importante que o Município, em estreita articulação com as restantes entidades que integram a Rede Local de Intervenção Social, tenham uma preocupação redobrada em identificar e sinalizar com a prontidão necessária potenciais casos que poderão, infelizmente, surgir nos próximos tempos, derivados de situações de desemprego ou perda significativa de rendimentos, garantindo, como até à data, uma resposta adequada e atempada às necessidades específicas das famílias do nosso Concelho.”

- 2.ª Moção – PCP/PEV (Saudação 1.º de Maio - Dia Nacional do Trabalhador)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- 3.ª Moção – PCP/PEV (Isto assim não pode ser, trabalhar sem receber)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PCP/PEV, PS e PSD e com os votos contra da CLIP, aprovar a moção. -----

Voto de Pesar (Falecimento de Carlos Alberto Martins Vintém)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar. -----

Voto de Pesar (Falecimento de Júlio Francisco Miranda Calha)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar. -----

2 – Ata n.º 22, relativa à reunião ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2020;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções de quem não esteve presente, aprovar o ponto.-----

3 – Repartição de encargos em mais de um ano económico - Prestação de serviços de transporte de monstros, verdes e RDC;

- Deliberação da CMP de 18.03.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

O presidente da mesa informou que iria proceder à chamada dos membros para a votação uninominal dos seguintes três pontos. A mesa votaria em último lugar. -----

4 – 1.ª Revisão ao orçamento corrigido para 2020 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 01.04.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e após votação nominal, deliberou, por maioria, com os votos a favor dos membros:

Ricardo Jorge da Costa Trindade P. Romão

Joaquim Francisco da Silva Barbas

Miguel Alexandre Ferreira Monteiro

Maria da Conceição Ceia Miranda

Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Fernando António Trindade Rebola
Luís Miguel Crespo Carvalho
João Manuel Ribeiro Baptista Realinho
Rosa Maria Vieira Correia Bragança Pinheiro
Cristiana Mafalda Silveira Martinho J. Camejo
Carla Lucinda Raposo Mocito
José Cordas Barradas
João Pedro do Carmo Meira
Ana Catarina Almirante Vilhais
João Manuel Batista Vivas
Marília Lacão
Henrique Manuel Esteves Santinho
Jaime Alexandre da Silva Fitas
Bruno José Marchão Calha
Francisco Manuel Frutuoso Carriço
Francisco José Meira Martins da Silva
Luís David de Moreira Testa
Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas e
José Manuel Reboredo Pinto Leite;
E com os votos contra dos membros:
Hugo Chichorro e Silva Capote
Amândio José Valente e Valente
Maria do Rosário Palhas Narciso
Diogo Júlio Cleto Serra; aprovar o ponto.-----

5 – 1.ª Revisão às grandes opções do plano, corrigidas para 2020 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 01.04.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e após votação nominal, deliberou, por maioria, com os votos a favor dos membros:

Ricardo Jorge da Costa Trindade P. Romão
Joaquim Francisco da Silva Barbas
Miguel Alexandre Ferreira Monteiro
Maria da Conceição Ceia Miranda
Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro
Fernando António Trindade Rebola
Luís Miguel Crespo Carvalho
João Manuel Ribeiro Baptista Realinho
Rosa Maria Vieira Correia Bragança Pinheiro
Cristiana Mafalda Silveira Martinho J. Camejo
Carla Lucinda Raposo Mocito
José Cordas Barradas
João Pedro do Carmo Meira
Ana Catarina Almirante Vilhais
João Manuel Batista Vivas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Marília Lacão
Henrique Manuel Esteves Santinho
Jaime Alexandre da Silva Fitas
Bruno José Marchão Calha
Francisco Manuel Frutuoso Carriço
Francisco José Meira Martins da Silva
Luís David de Moreira Testa
Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas
José Manuel Reboredo Pinto Leite;
E com os votos contra dos membros:
Hugo Chichorro e Silva Capote
Amândio José Valente e Valente
Maria do Rosário Palhas Narciso
Diogo Júlio Cleto Serra; aprovar o ponto.-----

6 – Reconhecimento da existência de uma dívida à Fundação Robinson no valor 438.016,46€ (quatrocentos e trinta e oito mil, dezasseis euros e quarenta e seis cêntimos)

- Deliberação da CMP de 01.04.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e após votação nominal, deliberou, por maioria, com os votos a favor dos membros:

Miguel Alexandre Ferreira Monteiro
Maria da Conceição Ceia Miranda
Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro
Luís Miguel Crespo Carvalho
João Manuel Ribeiro Baptista Realinho
Rosa Maria Vieira Correia Bragança Pinheiro
Carla Lucinda Raposo Mocito
José Cordas Barradas
João Pedro do Carmo Meira
Ana Catarina Almirante Vilhais
João Manuel Batista Vivas
Marília Lacão
Jaime Alexandre da Silva Fitas
Bruno José Marchão Calha
Francisco Manuel Frutuoso Carriço
Francisco José Meira Martins da Silva
Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas
José Manuel Reboredo Pinto Leite;
E com os votos contra dos membros:
Hugo Chichorro e Silva Capote
Joaquim Francisco da Silva Barbas
Amândio José Valente e Valente
Fernando António Trindade Rebola
Maria do Rosário Palhas Narciso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Cristiana Mafalda Silveira Martinho J. Camejo

Diogo Júlio Cleto Serra

Henrique Manuel Esteves Santinho; aprovar o ponto.-----

Declaração de voto – PS (Miguel Monteiro)

“Não me parece que a abertura deste precedente, relativo a uma matéria que já foi alvo de deliberação, e que está salvaguardada a sua cabimentação e execução orçamental, nos pontos anteriores, seja uma prática que deva ser repetida em próximas sessões da Assembleia Municipal. E é mais por esse motivo formal do que qualquer outro que eu entendo fazer esta declaração.”

7 – Contratação de empréstimo para investimento na qualificação da área de acolhimento empresarial de Portalegre / Av. Francisco Fino - 2.ª fase até ao montante de 583.225€.

- Deliberação da CMP de 01.04.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e os votos favoráveis dos restantes grupos, aprovar o ponto. -----

Declaração de voto – PCP/PEV (Hugo Capote)

“O PCP/PEV vota contra, não porque esteja contra a obra em si, mas porque é contra, conforme já manifestámos nesta Assembleia Municipal, esta forma de governação avulso, com medidas sem haver um orçamento, estando nós a meio do ano dois mil e vinte, continuando a aprovar revisões orçamentais de dois mil e dezoito. Se isto é governar, também não vale a pena irmos para aqui criticar se depois apoiamos as medidas.” -----

8 – Compromissos plurianuais referentes ao ajuste direto para aquisição de serviços de seguros do segmento não vida, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 08.04.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

9 - Declaração de compromissos plurianuais e recebimentos em atraso dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 08.04.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Declaração de voto – PS (João Meira)

“Em face do compromisso assumido pelo vereador Nuno Lacão, que é simultaneamente presidente do conselho de administração dos SMAT, o grupo municipal do PS irá crer naquilo que é a palavra dada que todas as dívidas de entidades, nomeadamente as entidades e associações que foram honoradas no mesmo documento, nos anos anteriores, a saber: Banda Euterpe, Rancho Folclórico Cultural da Boavista, Grupo Desportivo Portalegrense, entre outras coletividades, as dívidas apresentadas no documento de dois mil e dezoito e de dois mil e dezassete, terão sido retiradas da listagem e terão sido excluídas e terão expirado. Vamos acreditar e é nessa base que votamos favoravelmente o ponto, acreditando que todas as dívidas anteriores a um de janeiro de dois mil e dezanove, já não constam da listagem e que, portanto, essas entidades já não são apresentadas como devedoras.”

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

O presidente da mesa fez questão de agradecer à presidente da Câmara municipal de Portalegre, aos vereadores, aos membros da Assembleia Municipal, aos presidentes de junta de freguesia presentes, no exercício do seu mandato, pela forma como decorreu aquela Assembleia, inédita e, porventura, única. Esperava que em junho tivessem condições para reunirem todos, na mesma sala, pois a democracia ganhava com a presença de cada um.-----

FALTAS: Não houve faltas a registar.-----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a décima terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 00H30, do dia 01 de maio do ano de dois mil e vinte e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.-----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)